

PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO E *MISIÓN ROBINSON*: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO DO BRASIL E DA VENEZUELA NO DECÊNIO 2003 - 2012

JOSÉLIA SOARES COSTA

Mestranda em Educação. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Católica de Brasília (UCB). Brasília, DF. Brasil. E-mail: joseliasohares@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4360-3752>

NELSON ADRIANO FERREIRA DE VASCONCELOS

Doutorando em Educação. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Católica de Brasília (UCB). Brasília, DF. Brasil. E-mail: drnbsb@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3925-7279>

RENATO DE OLIVEIRA BRITO

Doutor em Educação. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Católica de Brasília (UCB). Brasília, DF. Brasil. E-mail: renatoorios@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9345-2529>

RESUMO

Este artigo trata de estudo comparado entre programas de alfabetização do Brasil e da Venezuela, no período de 2003 a 2012, com o objetivo de contribuir com os estudos sobre políticas públicas de educação, em especial, as de alfabetização de jovens e adultos na América Latina. A metodologia utilizada foi exploratória, documental e bibliográfica. A pesquisa apontou avanços significativos no combate ao analfabetismo nos dois países estudados e revelou especificidades nas abordagens que Brasil e Venezuela estabeleceram para o enfrentamento do problema. Conclui pela necessidade de estudos e formulação de políticas para a universalização do ensino fundamental e contínuo enfrentamento ao analfabetismo de jovens e adultos em ambas as nações.

Palavras-chave: Educação comparada. Educação de jovens e adultos. Políticas públicas de educação.

BRASIL ALFABETIZADO PROGRAM AND *MISIÓN ROBINSON*: A COMPARED STUDY BETWEEN BRAZILIAN AND VENEZUELA'S LITERACY POLICIES IN 2003 - 2012 DECADE

ABSTRACT

This article deals with a comparative study between literacy programs in Brazil and Venezuela, from 2003 to 2012, with the objective of contributing to studies on public education policies, in particular, those of youth and adult literacy in Latin America. The methodology used was exploratory, documentary and bibliographic. The research pointed out significant advances in the fight against illiteracy in these two countries and revealed specificities in the approaches that Brazil and Venezuela established to face the problem. It concludes by the need for studies and formulation of policies for the universalization of primary education and continuous confrontation of illiteracy of youth and adults in both nations.

Keywords: comparative education; public education policies; youth and adult education.

PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO Y *MISIÓN ROBINSON*: UN ESTUDIO COMPARADO ENTRE LAS POLÍTICAS DE ALFABETIZACIÓN DE BRASIL Y VENEZUELA EN LA DÉCADA DE 2003 A 2012

RESUMEN

Este artículo aborda un estudio comparativo entre los programas de alfabetización en Brasil y Venezuela, de 2003 a 2012, con el objetivo de contribuir a estudios sobre políticas de educación pública,

especialmente las de alfabetización de jóvenes y adultos en América Latina. La metodología utilizada fue exploratoria, documental y bibliográfica. La investigación señaló avances significativos en la lucha contra el analfabetismo en los dos países estudiados y reveló especificidades en los enfoques que Brasil y Venezuela establecieron para enfrentar el problema. Concluye con la necesidad de estudios y formulación de políticas para la universalización de la educación primaria y la confrontación continua con el analfabetismo de jóvenes y adultos en ambas naciones.

Palabras clave: Educación comparada. Educación de jóvenes y adultos. Políticas de educación pública.

INTRODUÇÃO

Esta exposição trata de estudo comparado sobre duas políticas públicas de alfabetização de adultos em países latino-americanos: o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), no Brasil, e o “*Plan Nacional Extraordinario de Alfabetización Simón Rodríguez*” conhecido como *Misión Robinson*, na Venezuela, no decênio de 2003 a 2012.

O presente artigo resultou de estudo exploratório, documental e bibliográfico e, baseou-se na análise crítica das políticas públicas que regulamentam os dois programas. Além dos documentos oficiais, este estudo se beneficiou de bibliografia acadêmica produzida nos últimos anos sobre os esforços de alfabetização de adultos realizados pelos governos do Brasil e da Venezuela. Destes documentos extraíram-se os dados para a realização do estudo comparado em questão.

O objetivo do trabalho foi oferecer uma contribuição para a compreensão dos esforços de erradicação do analfabetismo na América Latina, seus limites e avanços, as identidades estruturais das políticas públicas no Brasil e na Venezuela, suas especificidades e suas semelhanças de modo a ampliar o conhecimento sobre o tema e oferecer insumos aos pesquisadores e formuladores de políticas públicas nos países latino-americanos.

O recorte de tempo foi escolhido em função deste período ter sido considerado prioritário para ações de alfabetização pela Organização das Nações Unidas. Conforme assegurado em documento que

A Assembleia Geral, em sua quinquagésima sexta sessão, adotou a Resolução nº 56/116, intitulada “*Década das Nações Unidas para a Alfabetização para Todos*”, na qual proclamou o período entre 2003-2012 como a *Década das Nações Unidas para a Alfabetização*, com o objetivo de levar educação a todos (UNESCO; MEC, 2003).

Após esta declaração, iniciaram-se programas de alfabetização, com o apoio das Nações Unidas, em vários países da América Latina, dentre os quais a República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela, cujas políticas são, ora, comparadas neste estudo.

Ao analisar comparativamente o Programa Brasil Alfabetizado e a *Misión Robinson*, entre os anos de 2003 e 2012, este estudo mostra-se relevante por contribuir para o entendimento acerca das iniciativas latino-americanas de cumprir com a concertação estabelecida pela ONU, quando do lançamento da *Década das Nações Unidas para a Alfabetização para Todos*.

O estudo partiu de uma compreensão sucinta dos aspectos políticos, econômicos e geográficos dos dois países, buscou resgatar o modo com que os governos se organizaram para

enfrentar o problema do analfabetismo de jovens e adultos, refazendo o percurso da formulação e implementação dos programas de alfabetização, comparando a estrutura das políticas, a forma com que foram implementadas e os resultados que produziram.

ASPECTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E GEOGRÁFICOS

Em 2003 a Venezuela vivia o quinto ano do governo do Presidente Hugo Rafael Chávez Frias do *Partido Socialista Unido de Venezuela - PSUV*, que sucedeu ao governo de centro do Presidente Rafael Caldera (*Convergencia*). Chávez governou a Venezuela de 1999 a 2013 tendo resistido a um golpe de estado de direita em 2002. Conduziu o país da crise econômica à prosperidade econômica e social, tendo enfrentado forte oposição durante todo o seu governo.

O Brasil, no mesmo ano, iniciava o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores - PT, que sucedeu o governo de centro-direita do Presidente Fernando Henrique Cardoso do Partido da Social Democracia Brasileira PSDB. Lula governou o Brasil de 2003 a 2010. Assim como Hugo Chávez, na Venezuela, o Pres. Lula da Silva conduziu o país da crise econômica à prosperidade econômica e social, com um governo de coalizão. Foi sucedido pela Pres. Dilma Rousseff (PT, 2011-2016) que deu continuidade às políticas econômicas e sociais de seu governo.

Dois países latino-americanos, governados por presidentes oriundos das classes trabalhadoras, líderes populares, pertencentes a partidos de esquerda, estabelecendo políticas sociais de combate à pobreza e ao analfabetismo. Apesar dessas semelhanças, Brasil e Venezuela são países bastante diferentes, como também eram as realidades políticas, sociais e econômicas vividas durante o período em estudo.

Não obstante serem duas nações da América do Sul com extensa fronteira comum (2.199 km), os dois países tiveram ao longo da história muito pouco intercâmbio cultural ou mesmo econômico, pelo menos até o período em estudo. A partir de então, as afinidades políticas entre os líderes dos dois países, além da estratégia geopolítica afim, de desenvolvimento regional, possibilitaram inúmeros convênios de cooperação e acordos comerciais em benefício das economias e sociedades dos dois países.

Na verdade, a Venezuela e o Brasil são unidos geograficamente e separados politicamente pela extensíssima floresta amazônica. O bioma, com 5,5 milhões de km² de extensão, tem grande parte de seu território entre os dois países latinos. Além dessa enorme muralha verde, há também a fronteira cultural, apesar de alguma semelhança, os idiomas

falados nos dois países, espanhol na Venezuela e português no Brasil, também dificultaram as relações, não somente da república bolivariana, mas em geral, de todos os demais países hispano-americanos com o Brasil.

Há também outras diferenças importantes entre Brasil e Venezuela. Em 2003, segundo dados do Banco Mundial, este país tinha 25,55 milhões de habitantes, enquanto o Brasil contava com 181,8 milhões de pessoas. A renda per capita brasileira era de U\$3.070,91, enquanto a renda anual média de um venezuelano consistia em U\$3.272,62 (WORLD BANK, 2020).

Por outro lado, o Brasil é um país industrializado, com variada e ampla capacidade produtiva, desenvolvida desde os anos 30 e fortemente incrementada ao longo dos anos 50 e 60, com constante crescimento da base industrial e desenvolvimento tecnológico da produção agrícola nos anos 70 em diante.

Já a Venezuela não tem nenhum destaque em sua produção agrícola e, sem indústria de base significativa, tem sua economia completamente assentada na produção de hidrocarbonetos, notadamente petróleo, extraído e exportado pelo monopólio estatal da Petróleos de Venezuela, SA - PDVSA, uma das maiores empresas petrolíferas do mundo. Enquanto o Brasil só alcançou a produção necessária de petróleo para abastecer seu mercado interno, via Petrobrás, nos anos 2000, a Venezuela faz parte da OPEP, Organização dos Países Exportadores de Petróleo desde 1960. Este grupo congrega os maiores exportadores desse gênero no mundo. Ambos os países têm sua população composta por uma minoria branca, que compõe majoritariamente as classes média e alta, de descendentes de europeus e uma maioria composta de negros, indígenas e mestiços que compõe a maior parte da classe trabalhadora, tanto urbana, quanto camponesa, das duas nações. Uma semelhança marcante dos dois países é a concentração de renda. Dados recentes do Banco Mundial (World Bank Gini Index 2019) mostram que o Coeficiente de Gini¹ brasileiro é de 53,3, enquanto na Venezuela o coeficiente é um pouco menor, com 44,8 pontos, revelando a desigualdade social e concentração de renda que assola as duas nações.

Tal desigualdade social, que assemelha os dois países, verifica-se também no campo educacional. Em 2003, tanto Brasil quanto Venezuela apresentavam dados estatísticos de analfabetismo adulto preocupantes. Duas políticas sociais, criadas no mesmo período, procuraram atacar o problema visando a erradicar o analfabetismo de jovens, adultos e idosos, o Programa Brasil Alfabetizado - PBA e a *Misión Robinson*.

¹ Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida por Corrado Gini em 1912, que consiste em um número entre 0 e 100, onde zero corresponde à completa igualdade e 100 corresponde à completa desigualdade.

CARACTERIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO

No Brasil, houve um tempo que para ser considerado alfabetizado bastava saber escrever ou assinar o próprio nome. Era uma necessidade básica para, por exemplo, tornar-se eleitor. Com o passar do tempo as exigências em relação a esse status aumentaram. Em meados da década de 1960, floresceram as ideias de Paulo Freire sobre o tema e para ele “o objetivo da alfabetização de adultos é promover a conscientização acerca dos problemas cotidianos, a compreensão do mundo e o conhecimento da realidade social” (DREYER, 2011, p. 3595). Hoje, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, é considerado alfabetizado quem sabe ler e escrever um bilhete simples (IBGE, 2019). De fato,

Aprender a ler, escrever e contar é um direito humano fundamental. Isso porque, em um mundo centrado na escrita, o acesso a bens materiais e imateriais, à cultura, ao conhecimento e à saúde, assim como o usufruto dos demais direitos humanos se dá, em grande parte, a partir do domínio dessas habilidades. Em princípio, todo ser humano nasce com potencial para realizar tais operações, sendo capaz de desenvolvê-las – ou aprendê-las – em qualquer idade, independentemente de sua etnia, sexo, origem ou classe social. Acreditar verdadeiramente nessa igualdade, significa reconhecer que o analfabeto é apenas uma pessoa que não teve, ainda, oportunidade e condições materiais e objetivas para aprender (HENRIQUES, 2006 p. 13).

A falta de acesso ao letramento constitui uma barreira entre os que “sabem ler as palavras” e os que “não sabem”. Alfabetizar-se significa uma conquista que pode pôr fim a uma experiência vivida à base de preconceitos e discriminação, criando outra que supera a baixa autoestima, oferecendo um novo espaço de protagonismo social aos sujeitos.

Como se sabe, essas duas nações, Venezuela e Brasil, historicamente, carregam as resultantes de severos processos de exclusão social, gerando grandes mazelas. O analfabetismo é uma das principais expressões desse processo. Ambos os países em estudo tinham percentuais de analfabetismo adulto longe do desejado para indicadores propostos por organismos internacionais e educadores especialistas na área.

Comparativamente, em 2003, ano em que os dois programas tiveram início, a taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais, na Venezuela era de 6,6% (1.686.300 pessoas) (EUA, 2020) e no Brasil, 11,6% (14.959.092 pessoas) (BRASIL, 2014).

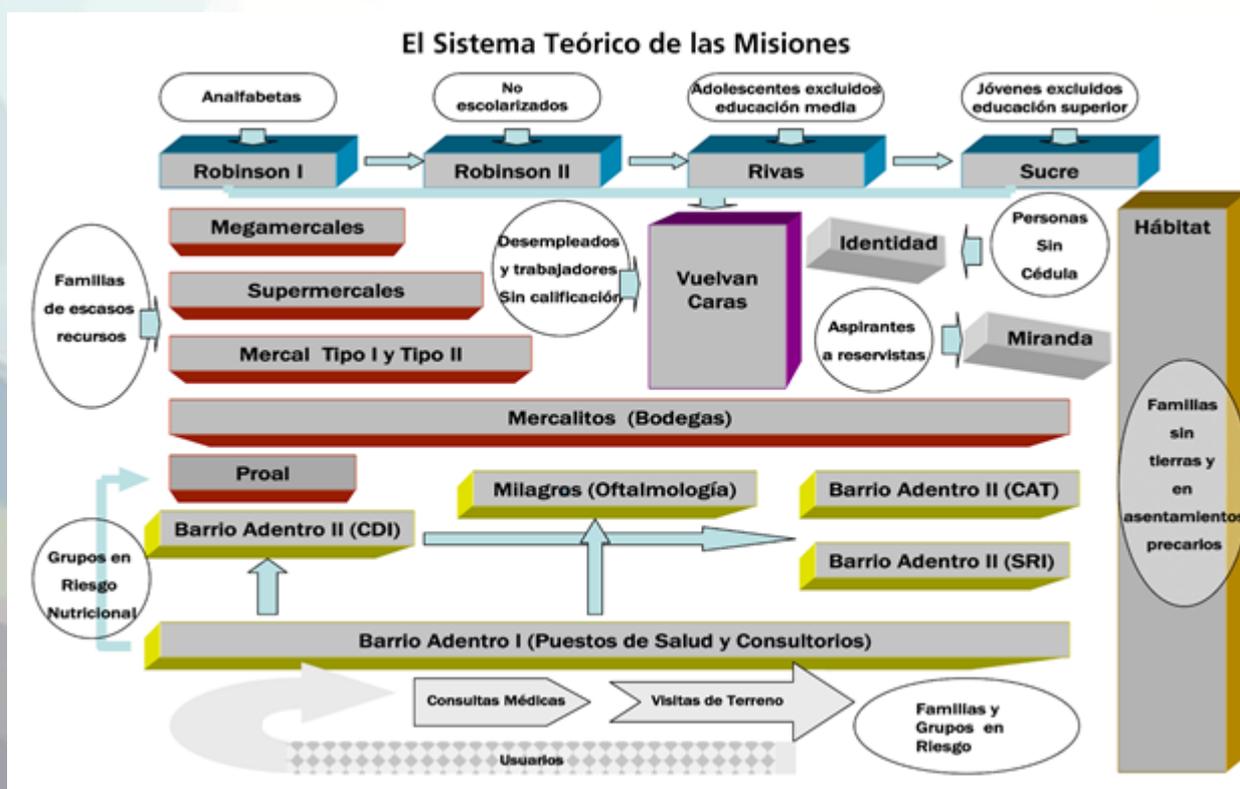
Para buscar superar essa realidade, os países introduziram, cada um ao seu modo e partindo de contextos diferenciados, uma estratégia de superação do quadro, em formato de política pública de educação, com algumas similaridades.

Quanto ao objetivo geral como política pública de educação, ambos os programas (*Misión Robinson* e Brasil Alfabetizado), tinham como estratégia a erradicação do

analfabetismo em seus países, como também a progressiva continuidade ou o incentivo para os estudos em níveis mais elevados, considerando a educação como direito de todos.

A *Misión Robinson* era parte integrante do *Sistema Nacional de Misiones*, que buscava atacar em várias frentes os problemas sociais venezuelanos. Havia uma integração entre as diferentes *misiones*, realizadas em parceria com o governo cubano, de modo que sua organicidade e pragmatismo podem ser verificados na Figura 1, abaixo:

FIGURA 1: *El Sistema Teórico de las Misiones*



Fonte: D'Elia; Cabezas, 2008.

As interligações entre as missões, que procuram constituir-se em um todo articulado, compreende a assistência diversificada a grupos em risco nutricional, famílias com escassos recursos, desempregados e trabalhadores sem qualificação, famílias em terras e assentamentos precários, famílias e grupos em risco. De acordo com esta organização a *Misión Robinson I* objetiva o atendimento aos analfabetos, a Robinson II aos não-escolarizados, a Ribas aos adolescentes excluídos da Educação Nível Médio e a Sucre aos jovens excluídos da Educação Superior.

A Venezuela possui um Sistema de Educação cujos princípios são: gratuidade, qualidade, inclusão, igualdade de oportunidades e condições para os meninos, meninas,

adolescentes, jovens e adultos do chamado *Subsistema de Educación Básica* (VENEZUELA, 2014). O país é administrativamente organizado pela união entre o Distrito Capital e 23 Dependências Federais, e cada qual possui uma representatividade federal para a área da educação, denominada *Directoria de Zona Educativa*.

O Decreto 2434, de 30 de maio de 2003, criou em caráter permanente a *Comisión Presidencial de Alfabetización*, cuja finalidade era o estudo, formulação, coordenação, seguimento e avaliação do *Plan Extraordinario de Alfabetización "Simón Rodríguez"*. O trabalho desta comissão era no sentido de eliminar o analfabetismo existente na população venezuelana. Foi uma ação intersetorial, envolvendo os Ministérios de Educação Superior, da Educação, da Cultura e Esportes e da Defesa (VENEZUELA, 2003).

Em 2005, o Decreto Presidencial nº 3.524 cria a *Fundación Samuel Robinson*, cuja principal atividade era a organização acadêmica, financeira e operacional das missões Robinson I, II e III (VENEZUELA, 2014).

Para efeito de comparação com o Programa Brasil Alfabetizado - PBA, neste trabalho, destaca-se a *Misión Robinson I*. O *Plán Extraordinario* foi iniciado em 1 de julho de 2003, fixando uma meta de atendimento de um milhão de pessoas em um ano. No primeiro ano foram atendidas 1.212.226 pessoas (FRANÇA JÚNIOR, 2014). Após dois anos e quatro meses da aplicação do plano, 1.484.543 cidadãos foram alfabetizados (VENEZUELA, 2005).

Com atividades iniciadas formalmente em julho de 2003, a *Misión Robinson I*, incorporou a população venezuelana excluída ao processo de alfabetização por meio do Método "*Yo, sí puedo*", traduzido livremente como "Eu posso sim". Este procedimento consiste em associar números e letras, sob a suposição de que o adulto analfabeto conhece intuitivamente os números naturais. Assim, a ideia era que cada letra fosse relacionada a um número, do mais alto para o mais baixo e usando também os fonemas. Com esse método a República Bolivariana da Venezuela foi o primeiro país da América Latina a ter declarado o seu território livre de analfabetismo², em 2005. (VENEZUELA, 2008).

No Brasil, o Decreto nº 4.834 de 8 de setembro de 2003, criou o PBA, instituiu a Comissão Nacional de Alfabetização e a Medalha Paulo Freire. O Programa foi desenvolvido por meio do pacto entre União, estados, municípios e o Distrito Federal. O atendimento prioritário destinou-se aos estados e municípios com maiores índices de analfabetismo. As ações iniciais se deram por meio de assistência técnica e financeira, em forma de apoio

² A Unesco considera um território livre de analfabetismo quando são atingidos mais de 96% de alfabetizados entre a população com 15 anos ou mais de idade.

suplementar da União aos estados, Distrito Federal e municípios, em regime de colaboração (BRASIL, 2016). O Programa Brasil Alfabetizado teve como objetivos

Universalizar a alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais; Contribuir para a progressiva continuidade dos estudos em níveis mais elevados, promovendo o acesso à educação como direito de todos, em qualquer momento da vida, por meio da responsabilidade solidária entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios; Atender prioritariamente os estados e municípios com maiores índices de analfabetismo, por meio de assistência técnica e financeira, em forma de apoio suplementar da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, em regime de colaboração (BRASIL, 2016, p.3).

A finalidade foi ser porta de acesso à cidadania, tendo como objetivo contribuir para a universalização da alfabetização e a elevação da escolaridade de todas as pessoas em situação de vulnerabilidade. O Brasil Alfabetizado atendeu cerca de 14,7 milhões de jovens e adultos entre 2003 e 2012. Em 2003 foram atendidas 1.598.430 pessoas. (FRANÇA JUNIOR, 2014).

O financiamento das políticas em estudo é estratégico e representa uma dimensão importante da gestão pública. É determinante de desenvolvimento uma vez que demonstra a capacidade de investimento público de cada país, cujas fontes podem gerar resultados diferenciados.

No caso da Venezuela, o programa foi financiado com recursos da empresa petroleira estatal do país, PDVSA (Petróleos de Venezuela, SA), por meio de um Plano Orçamentário Extraordinário (SCARTEZINI, 2013). De acordo com D'elia e Cabezas (2008), os investimentos financeiros da Missão Robinson I até 2005, envolveram a instalação de 136 mil ambientes para atividades de alfabetização em residências e centros educacionais; o treinamento feito por 74 técnicos cubanos e o trabalho de 50 mil militares.

Já para a gestão dos recursos financeiros repassados pela União para o PBA brasileiro, foi instituído o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para atendimento à educação, regido pela lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004 e executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Quanto ao funcionamento em seu aspecto pedagógico, a *Misión Robinson*, balizou-se pelo método *Yo, sí puedo*, contando com um convênio com o governo cubano. O processo é descrito em três módulos: *alfabetización; Educación Primaria - Primera Etapa de Educación de Adultos (1ero a 6to semestre) y segunda Etapa de Educación de Adultos (7mo al 12do semestre)* (VENEZUELA, 2008, p.7).

Para aplicar o método, os facilitadores, que são agentes educativos, treinados para a tarefa, incluindo professores, utilizaram uma cartilha que processualmente complexifica a aquisição das letras e números. Os elementos principais do método são: o facilitador, vídeos,

equipamentos de TV e videocassete, VHS, óculos e a cartilha. O governo de Cuba enviou uma ajuda solidária, por meio da doação de um milhão e 900 mil folhetos; 200 mil manuais do facilitador; 80 mil televisores, 80 mil VHS; um milhão de vídeos; um milhão de bibliotecas familiares e 3000 lentes corretivas (NAVARRO, 2005).

A dimensão pedagógica do programa, *Misión Robinson*, está no fato de que proporcionou

[...] uma alfabetização inclusiva objetiva que os alunos aprendam os códigos linguísticos necessários que permitam viver dignamente e com possibilidade de continuidade de seus estudos [...] Uma das principais características do *Yo, sí puedo* [...] é o fato de partir do que é conhecido pelos alfabetizandos, os seja, os números, para entrar no que é desconhecido, que são as letras. A compreensão dos números é explicada pelo uso em suas vidas e, portanto, num processo de associação, relacionam o que já conhecem com aquilo que desconhecem, ou seja, as letras. Este processo corresponde à segunda etapa do método, após as dez primeiras aulas dedicadas à familiarização, desenvolvimento da expressão oral e habilidades psicomotoras e garantia da representação gráfica dos números de 0 a 30. Nas aulas seguintes, aprende-se uma letra, que corresponde a um número, até se alcançar a apresentação de uma palavra ou ideia e produção de novas palavras e ideias (MORAES, 2015, p. 8).

O processo de aprendizagem, é conduzido pelo alfabetizador (facilitador), e compreende três etapas: adestramento, ensino de leitura e escrita e consolidação. Cada etapa tem seu respectivo rito: *Escuchar y ver, oído y ojo; escuchar y leer, oído y libro y escuchar y escribir, oído y lápiz*, traduzido livremente por escutar e ver, ouvido e olho, escutar e ler, ouvido e livro e escutar e escrever, ouvido e lápis. O facilitador é um intermediário entre a turma e os recursos audiovisuais. Ele desempenha um papel importante no que se refere a questões afetivas do alfabetizando (patriota). O material docente é composto de cartilhas, um manual e 17 vídeos onde estão as 65 aulas. O tempo que dura a ação educativa é variável e o método é muito flexível, durando entre sete semanas até no máximo três meses. Há casos em que o processo ocorre em um mês, porém exigindo muita dedicação dos envolvidos.

Os princípios pedagógicos do método são: contribuir para a socialização e para a formação integral do Homem, estar vinculado com a vida e com o meio sociocultural do estudante e se desenvolver através da atividade. O processo de avaliação é processual e diário e leva em conta os exercícios realizados na cartilha ou nos cadernos, as respostas a perguntas feitas em sala, a observação do desempenho do educando pelo facilitador, entrega de exercícios orientados pelo facilitador e a participação nos encontros. Além disso uma avaliação final era aplicada para comprovar que os alfabetizandos aprenderam a ler com certa fluidez e que eram capazes de redigir orações, mensagens simples ou cartas.

De acordo com D'elia e Cabezas (2008), a conclusão do trabalho da Missão Robinson se deu quando o Presidente Chávez declarou a Venezuela território livre de analfabetismo, com a graduação de aproximadamente 1,5 milhão de alfabetizados naquele ano. Isso porque, segundo a Unesco, um território é considerado livre de analfabetismo quando o percentual de analfabetos jovens e adultos é menor que 4%.

A educadora cubana Dra. Leonela Relys (1947-2015), do *Instituto Pedagógico Latinoamericano y Caribeño* (IPLAC), foi a autora do método *Yo, sí puedo*, utilizado na Venezuela e em vários outros países latino-americanos. Em 2006, recebeu o Prêmio UNESCO de Alfabetização, Rei Sejong, além de duas menções honrosas em 2002 e 2003. O prêmio, estabelecido em 1989, agracia iniciativas e pessoas que promovam de maneira excepcional a alfabetização pelo mundo, especialmente as que valorizam a língua materna no processo. Por sua vez, o PBA, considerando a vasta diversidade cultural e a desigualdade econômica, fixou parâmetros para a orientação do processo de alfabetização nos Estados e municípios, considerando a realidade local e seu contexto e respeitando a diversidade existente de métodos de alfabetização. Não houve um método unificado, nacional, pois o Brasil resguarda, tanto em sua Constituição quanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como princípio basilar do ensino o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (Brasil, 1988, 1996).

O Programa Brasil Alfabetizado foi implementado pela atuação conjunta de diferentes órgãos, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECAD), do Ministério da Educação (MEC), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), os entes executores (prefeituras e secretarias estaduais de educação e DF) e a Comissão Nacional de Alfabetização de Jovens e Adultos (CENAEJA).

Mesmo respeitando a diversidade didática e pedagógica era preciso buscar uma identidade mínima para o desenvolvimento do projeto. Assim, independente das escolhas didáticas e pedagógicas, o programa foi desenvolvido em ciclos, durante os quais o Ente Executor (EEx) deveria desenvolver as ações previstas no Plano Plurianual de Alfabetização (PPAlfa). O curso de alfabetização tem duração prevista para oito meses com, no mínimo, 320 horas presenciais e com uma carga horária semanal, preferencialmente, de dez horas a serem estabelecidas em comum acordo com os alfabetizandos vinculados à turma (BRASIL, 2016). O PPAlfa, estabeleceu também metas de atendimento a serem alcançadas, as ações de gestão e coordenação, o período de execução e o plano de formação das etapas inicial e continuada.

O Sistema Brasil Alfabetizado (SBA) articulava ações dos agentes de implementação do PBA nas áreas de coordenação, acompanhamento, monitoramento e implementação de

ações. O detalhamento específico das ações de cada agente constava do Manual do PBA. Os entes executores eram livres para estabelecer parcerias entre agentes públicos e privados.

A infraestrutura era providenciada pelas unidades escolares, sendo que o Ministério da Educação ofereceu itens complementares como óculos, alimentação escolar, transporte escolar, livros didáticos específicos para a Educação de jovens e adultos. Pela primeira vez no Brasil, um programa governamental ofertou um material especializado e dirigido didática e metodologicamente para alfabetizar adultos, possibilitando a escolha de coleções e de livros para as turmas de educação de jovens e adultos, respeitando a dimensão do mundo do trabalho e sua inserção em um mundo diferente do infantil, superando o trabalho de alfabetização baseado em cartilhas e papéis mimeografados, amplamente utilizados até então. Em 2007 o primeiro edital para o livro didático de EJA, convocou editoras brasileiras e reuniu diversos profissionais em torno de um processo que modificou a face do trabalho de alfabetização no país.

Uma vez caracterizados os programas de alfabetização na Venezuela e no Brasil, à guisa de comparação, faz-se uma análise de alguns aspectos desses projetos.

O desenvolvimento dos programas de alfabetização

Territorialmente a Venezuela representa menos de 10% do território brasileiro e isso repercute na forma em que os dois projetos foram disseminados nos dois países.

A dinâmica de capilaridade na Venezuela foi conduzida de modo centralizado, nacionalmente, mas em coordenação com instâncias regionais e paroquiais. No Brasil, o MEC, FNDE e os entes executores podiam estabelecer parcerias institucionais conforme o § 1o do Decreto nº 6.093, de 24 de abril de 2007, “A atuação da União dar-se-á prioritariamente na forma de apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios, que venham a aderir ao Programa, em regime de colaboração” (BRASIL, 2007). Essas parcerias foram instituídas com o intuito de favorecer a capilaridade do PBA em todo país.

No aspecto do funcionamento dos programas, na Venezuela, houve a parceria com professores coordenadores cubanos. Já os alfabetizadores eram bolsistas voluntários, cuja ajuda de custo era de aproximadamente 90 dólares.

No Brasil, as atividades de alfabetização de turmas apoiadas pela União foram realizadas, majoritariamente, por professores das redes públicas de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios por meio de seleção pública. O alfabetizador recebeu bolsa, para custeio

das despesas realizadas no desempenho de suas atividades no Programa, mediante pagamento direto. Bolsa classe I - R\$250,00 para um educador de turma ativa; Bolsa classe II - R\$275,00 para o educador de turma ativa que inclui adultos com necessidades educacionais especiais, presos ou jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. A Bolsa classe III - R\$250,00 para o tradutor-intérprete de LIBRAS que atuava em turmas com adultos surdos, a Bolsa classe IV - R\$500,00 foi destinada para o coordenador de turma (BRASIL, 2016).

Segundo França Júnior (2014), no Brasil, em 2003 houve no Programa 77.474 alfabetizadores, 180 projetos ou parcerias, 83.653 turmas e 2.729 municípios e 162,1 milhões de reais investidos. Com alguma variação, os anos subsequentes trazem números semelhantes.

Na *Misión Robinson*, os facilitadores, também conhecidos como alfabetizadores comunitários, somavam cerca de 100 mil voluntários, contando com a assessoria de 70 pedagogos cubanos. A formação mínima exigida era primária (1ª a 6ª série).

No PBA havia seleção pública, preferencialmente para professores das redes públicas de ensino, dos estados, municípios e DF, recrutando quadros em caráter voluntário com concessão de bolsas para custeio de despesas, além de outros requisitos conforme o Quadro 1:

QUADRO 1 - Requisitos mínimos para seleção de voluntários (PBA)

Para a seleção dos voluntários (as) devem ser considerados os seguintes requisitos mínimos:		
Alfabetizadores(as)	Alfabetizadores-Coordenadores	Tradutores-intérpretes de libras
Ser preferencialmente professor de rede pública de ensino.	Ser preferencialmente professor de rede pública de ensino.	Ser preferencialmente servidor de rede pública de ensino.
Possuir, no mínimo, certificado de conclusão de nível médio.	Possuir formação de nível superior em Educação, já concluída ou em curso, ou formação superior em qualquer curso de graduação.	Possuir formação de nível médio e certificação obtida por meio do Programa Nacional de Proficiência em Libras (Prolibras) ou graduação em Letras/Libras Bacharelado, ou ainda formação em nível de pós-graduação em Libras em curso autorizado pelo MEC oferecido por instituição de ensino superior devidamente reconhecida.
Ser capaz de desempenhar todas as atividades descritas para os alfabetizadores neste Manual.	Comprovar experiência anterior em educação, preferencialmente, em educação de jovens e adultos.	Comprovar experiência anterior em educação.
-----	Desenvolver efetivamente todas as ações desempenhadas nas turmas, descritas para os alfabetizadores-coordenadores de turmas deste Manual.	-----

Fonte: BRASIL, 2016.

O Quadro 2, apresenta a comparação dos alfabetizadores do PBA com os da *Misión* venezuelana.

QUADRO 2 - Comparação de requisitos para alfabetizadores (Brasil - Venezuela)

Categoria/ Subcategoria	PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO	PROGRAMA <i>MISIÓN ROBINSON</i>
Categoria: ALFABETIZADOR		
Quem são?	Voluntariado Atualmente é dada a preferência por professores da rede pública . Mas qualquer cidadão, com nível médio completo, pode se tornar um alfabetizador do programa, desde que faça a formação prevista.	Voluntariado Alfabetizadores, populares, estudantes e professores universitários. Qualquer pessoa vinculada a comunidade que passa pela formação do método <i>Yo Sí Puedo</i> . Não é necessário ter título de educador. Há casos de alfabetizandos que se tornaram alfabetizadores.
Como são selecionados?	No caso dos voluntários que não são professores da rede pública é feita por edital seguida de entrevista sendo pré-requisito que o alfabetizador(a) já tenha turma de alunos.	A maioria é indicada pelos coordenadores locais em contato com as comunidades. O alfabetizando que já tenha participado e avançado para a <i>Misión Ribas</i> (Nível Médio) também pode candidatar-se.

Fonte: Moraes, 2015.

Quanto ao apoio técnico aos coordenadores nas escolas e o acompanhamento dos alfabetizadores, o programa venezuelano contou com o trabalho dos comitês para o desenvolvimento das Missões, bem como o apoio das cooperativas e das forças armadas.

O programa brasileiro estruturou o apoio técnico aos Estados e Municípios por meio do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado. Realizou atividades de formação inicial e continuada para os educadores, coordenadores e tradutores-intérpretes de Libras. Caso o gestor local optasse, podia indicar uma Instituição Formadora para a supervisão da formação continuada e pela prestação de assessoria técnico-pedagógica. O PBA contou com instrumentos de acompanhamento do aprendizado dos educandos por visitas dos coordenadores e frequência mensal dos educadores.

Um suporte complementar era ofertado em ambos os países. Na Venezuela as pessoas que participavam recebiam uma biblioteca familiar com o volume de 22 livros de literatura nacional como parte do material didático. No Brasil, a Lei 10880, de 9 de junho de 2004, instituiu o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE. Contou ainda com o Projeto Olhar Brasil, que providenciou acompanhamento oftalmológico, e ainda literatura paradidática, via Programa Nacional do Livro Didático.

O PBA aplicava testes cognitivos de entrada e saída para monitorar o processo de ensino-aprendizagem. Os testes de entrada eram aplicados em torno do décimo quinto dia de curso e o de saída, até 15 dias antes do término das aulas.

Quanto ao aspecto da continuidade de estudos, na Venezuela os concluintes seguiam para a *Misión Robinson II*, que tinha por objetivo

[...] dar continuidade aos estudos daqueles que foram alfabetizados, sob o lema *Yo, sí puedo* seguir. O método, como o próprio nome já sugere, acompanha a lógica do *Yo, sí puedo*, ou seja, conta com a ampla utilização de mecanismos audiovisuais através dos quais, as turmas têm aulas de matemática, geografia, história, gramática, ciências naturais, inglês e informática. Contabiliza-se um total de 600 aulas com uma duração de 10 meses (BRUCE, 2016, p.177).

No Brasil, as Secretarias de Educação nos municípios, estados e Distrito Federal, com o gestor local, coordenadores e alfabetizadores de turmas, deram encaminhamento dos egressos para as escolas da região com ofertas de educação básica e acompanhamento das matrículas para continuidade dos estudos.

Os beneficiários dos programas em questão eram quase os mesmos: analfabetos com 15 anos ou mais, além de presos, camponeses. Na Venezuela, atendeu ainda os indígenas. No Brasil, os quilombolas.

AVALIAÇÃO E ALCANCE DA *MISIÓN ROBINSON* E DO PBA

A dinâmica de monitoramento e avaliação de cada um dos Programas, foi decorrência da organização administrativa e de gestão dos programas. A *Misión Robinson* teve o acompanhamento da política pública de educação, segundo o paralelismo administrativo das missões e compreendida de maneira independente dos programas de políticas públicas tradicionais, estrutura administrativa alternativa do Estado (SCARTEZINI, 2013).

O PBA foi executado nacionalmente pela Diretoria de Políticas da Educação de Jovens e Adultos (DPEJA – SECAD – MEC). Como parte integrante estratégica do Brasil Alfabetizado, estavam os elementos de monitoramento e o acompanhamento da execução das metas físicas eram de responsabilidade da SECAD-MEC, por meio do Sistema Brasil Alfabetizado ou mediante a realização de visitas técnicas ou por realização de pesquisas por amostragem nas entidades e instituições parceiras. A fiscalização financeira na conta do PBA era realizada pelo FNDE, por órgão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e pelo TCU (BRASIL, 2016). Na condição de programa estratégico do MEC, o PBA contou com um complexo e intenso trabalho de avaliação, envolvendo a gestão do MEC e chegando

até sua capilaridade, considerando os resultados para tomadas de decisão e redesenho do Programa, considerando elementos como: pagamento de bolsas, fortalecimento da formação dos alfabetizadores, coordenação de turmas, teste cognitivo, entre outros. O processo avaliativo foi externo e interno. O trabalho foi coordenado pela Diretoria de Estudos e Acompanhamento das Vulnerabilidades Educacionais (DEAVE - SECAD -MEC).

Um indicador de efetividade dos programas pode ser observado pelo Gráfico 1, a seguir:

GRÁFICO 1 - Analfabetos com 15 anos ou mais



Fonte: Brasil, 2014; EUA, 2020.

A Venezuela, em 2003, tinha um índice de analfabetismo de 6,6%. Menor que seu vizinho, o Brasil, que tinha no mesmo período, 11,6%. Considerando-se o mesmo período, a Venezuela obteve uma diminuição de 40,9% de analfabetismo, enquanto o Brasil obteve uma diminuição de 25% na população adulta analfabeta durante a década.

Apesar do avanço na política de alfabetização de adultos em ambos os países ainda persiste um número considerável de analfabetos adultos nos países. Isso se dá em parte pela dificuldade de universalização do ensino fundamental, pobreza estrutural e pelos conflitos políticos internos. Após o período analisado, na Venezuela, o programa teve continuidade no governo do pres. Nicolás Maduro (PSUV), sendo mantido até a atualidade (2020), por meio da Fundación Samuel Robinson, desde 14 de março de 2005. No Brasil, o programa foi mantido pela pres. Dilma Rousseff (PT) e foi extinto no governo do pres. Michel Temer (PMDB), em 2016.

Dados do PNUD demonstram que em 2011, 91,41 % da população era alfabetizada no Brasil, ao tempo que 94,77% o era na Venezuela. Tais indicadores, apesar das especificidades

de cada país, demonstram um quadro comum entre os países, cuja superação seria necessária. A Tabela 1 apresenta alguns dados relativos ao decênio disponíveis no relatório de 2019 do PNUD:

TABELA 1 - Alfabetizados com 15 anos ou mais

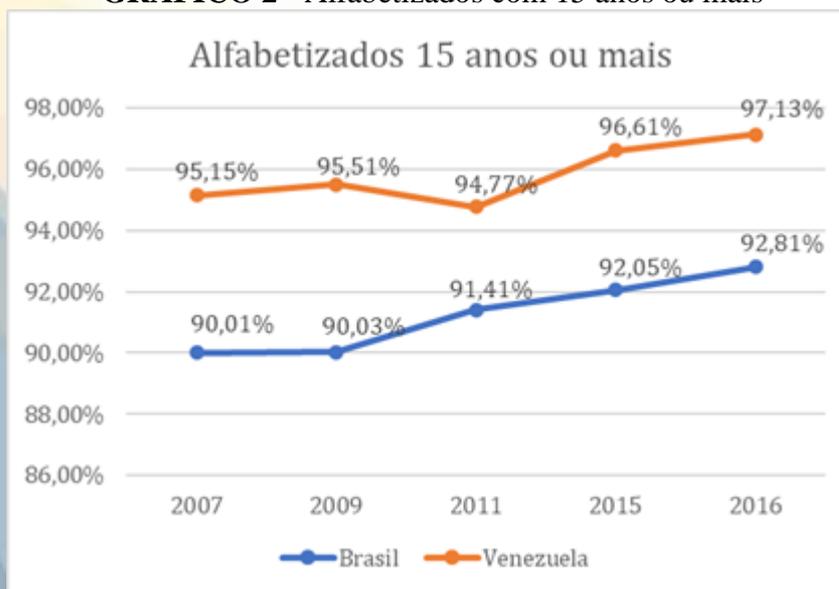
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Brasil	*	88,62%	*	89,62%	90,01%	90,04%	90,03%	90,38%	91,41%	91,34%
Venezuela	*	*	*	*	95,15%	*	95,51%	*	94,77%	*

Fonte: PNUD, 2019. * Dado não disponível.

Apesar de algumas lacunas nos dados, é possível observar nessa tabela o contínuo incremento no percentual de alfabetizados nos dois países.

O Gráfico 2, abaixo sugere o movimento deste processo entre o período de 2007 a 2016, nos dois países, nos anos em que o relatório do PNUD oferece dados para as duas nações.

GRÁFICO 2 - Alfabetizados com 15 anos ou mais



Fonte: PNUD, 2019.

O Gráfico 2, chama a atenção a aceleração do processo brasileiro, enquanto há uma queda no índice Venezuelano. Tais movimentações alertam para a necessidade da contínua atenção para as políticas de alfabetização, suscetíveis a variações nos contextos econômicos, sociais e políticos de cada país.

Internacionalmente, os países continuam discutindo estratégias de superação deste cenário e possibilidades de cooperação. Em 2010, o Brasil, como primeiro país do Hemisfério

Sul, sediou a Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA). Esse evento uniu as vozes de educadores e especialistas no sentido de que

A alfabetização é um pilar indispensável que permite que jovens e adultos participem de oportunidades de aprendizagem em todas as fases do continuum da aprendizagem. O direito à alfabetização é parte inerente do direito à educação. É um pré-requisito para o desenvolvimento do empoderamento pessoal, social, econômico e político. A alfabetização é um instrumento essencial de construção de capacidades nas pessoas para que possam enfrentar os desafios e as complexidades da vida, da cultura, da economia e da sociedade (UNESCO, 2010, p. 7).

Tal concertação aponta para que o países, de modo organizado, empenhem esforços conjuntos para alcançar a meta global de erradicação do analfabetismo. Segundo o Prof. Fernando Haddad, Ministro da Educação de 2005 a 2012, tal estratégia é imprescindível para superar o quadro de analfabetismo no mundo. Segundo o Ministro,

Este é um desafio incontornável. Se cada país buscar isoladamente o cumprimento da meta global, talvez ela não seja cumprida. [...] Defendemos que sejam perseguidas (as metas) cooperativamente. Por isso, organismos internacionais como a Unesco têm uma função muito importante a cumprir (HADDAD, 2009).

Atualmente (2020) o Brasil recuou em sua estratégia, tendo extinto em 2016 o PBA e as ações de Educação de Jovens e Adultos no presente governo, deixando para os entes federados eventuais iniciativas de alfabetização, apesar do ainda alto índice de analfabetismo no país. Enquanto isso, a Venezuela continua firme no propósito de extinguir o analfabetismo, pela via governamental, ainda que entre os fortes embates entre situação e oposição que abalaram o país nas últimas duas décadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alfabetização de jovens e adultos é um mecanismo utilizado pelos governos, por meio de suas políticas públicas, para oportunizar aos cidadãos, que não conseguiram em tempo hábil, o domínio da leitura e da escrita. A intenção é que essas habilidades favoreçam as relações no trabalho e na vida social, bem como o acesso às tecnologias. Em suma, o que se pretende é dar um status efetivo de cidadania a essas pessoas numa realidade cada vez mais letrada e tecnológica.

Nesse sentido, tanto Brasil, quanto Venezuela, avançaram significativamente no resgate à cidadania de seus povos, a partir das iniciativas públicas de alfabetização, por meio de diferentes abordagens.

A Venezuela procurou enfrentar o problema do analfabetismo através de parceria com o governo cubano, implantando um método internacionalista de alfabetização e estabeleceu, em seu território, um esforço cívico-militar para alcançar, em pouco tempo, a liberação de seu território do analfabetismo estrutural. Sua forma de enfrentar o problema social foi por meio de uma missão com características emergenciais, por meio da mobilização nacional, priorizando estrategicamente os esforços do Estado para um atendimento rápido e eficaz de sua população desassistida.

No caso brasileiro, o governo buscou estruturar a política via pacto federativo, utilizando-se dos meios institucionais disponíveis, com vistas a estabelecer uma política de Estado de caráter perene, uma vez que no Brasil as dimensões territoriais e populacionais, além da expressiva fatia populacional analfabeta, exigiu uma visão de longo prazo e de colaboração contínua entre todos os entes federados. Apesar de não ter, no período estudado, erradicado o analfabetismo, o país avançou tanto na estruturação de uma política organizada para a atenção ao problema, quanto na efetividade e significativa redução do analfabetismo.

Há ainda muito o que fazer para a erradicação definitiva do analfabetismo, tanto no que se refere à universalização e permanência do ensino fundamental, quanto no atendimento do público de jovens e adultos que ainda não têm acesso à leitura e à escrita. Ainda que os números da Venezuela sejam mais promissores que os do Brasil, depreende-se que ainda há “vazamentos” no sistema de educação primária que continuam a alimentar os números de analfabetismo naquele país. Do mesmo modo, o Brasil também não tem alcançado a totalidade de sua população infantil, com o ensino fundamental e, ainda que pequeno, o número de jovens que não tem acesso ao ensino fundamental ou que o abandonam sem saber ler e escrever ainda preocupa, incrementando ano a ano os índices de analfabetismo, além dos adultos ainda desassistidos.

Novos estudos sobre as políticas públicas de alfabetização de jovens e adultos e sobre a universalização do ensino básico na América Latina fazem-se necessários, bem como esforços estatais para que o direito à educação se realize plenamente no subcontinente. Espera-se que esta exposição possa instigar novas pesquisas e contribuir com esses esforços.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. Brasília: Inep, 2003. Disponível em

<<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>>. Acesso em 23 abr. 2020.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Estatísticas sobre Analfabetismo no Brasil**: audiência pública - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. Brasília: Inep, 2014. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2014/03/17/estatisticas-sobre-o-analfabetismo-no-brasil>>. Acesso em 23 abr. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Manual de Orientações do Programa Brasil Alfabetizado**. 2016. Anexo I da Resolução CD/FNDE nº 9, de 16 de dezembro de 2016. Brasília: MEC, 2016. Disponível em <<http://anexos.datalegis.inf.br/arquivos/1267810.pdf>>. Acesso em 23 abr. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Resolução nº 44 de 05 de setembro de 2012. Disponível em <<https://www.fnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3760-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-44,-de-05-de-setembro-de-2012>>. Acesso em 23 abr. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Resolução nº 9 de 16 de dezembro de 2016. Disponível em <http://www.lexmagister.com.br/legis_27248168_RESOLUCAO_N_9_DE_16_DE_DEZEMBRO_DE_2016.aspx>. Acesso em 23 abr. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). **Programa Brasil Alfabetizado**: orientações sobre o Programa Brasil Alfabetizado. Brasília: MEC, 2011. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8463-orientacoes-programa-brasil-alfabetizado-final-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 23 abr. 2020.

BRASIL. Decreto nº 4.834, de 8 de setembro de 2003. Cria o Programa Brasil Alfabetizado, institui a Comissão Nacional de Alfabetização e a Medalha Paulo Freire, e dá outras providências. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2003/decreto-4834-8-setembro-2003-457334-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 10 maio 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.093, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, visando a universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6093.htm>. Acesso em 10 maio 2020.

BRASIL. Lei nº 10.880 de 9 de junho de 2004. Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.880.htm>. Acesso em 10 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). **Princípios, Diretrizes, Estratégias e Ações de Apoio ao Programa Brasil Alfabetizado**: elementos para formação de coordenadores de turma e de alfabetizadores. Brasília: MEC, 2011. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10022-diretrizes-principios-pba-secadi&Itemid=30192>. Acesso em 23 abr. 2020.

BRUCE, M. **Estado e Democracia nos Tempos de Hugo Chávez (1998-2013)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

D'ELIA, Y; CABEZAS, L. F. **Las Misiones Sociales en Venezuela**. Caracas: Ildis, 2008.

DREYER, L. Alfabetização: o olhar de Paulo Freire. **X Congresso Nacional de Educação EDUCERE**, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Novembro 2011. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5217_2780.pdf>. Acesso em 1 jun. 2020.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA), Central Intelligence Agency (CIA). **CIA World Factbook**. Disponível em <<https://www.indexmundi.com/g/g.aspx?v=39&c=ve&l=pt>>. Acesso em 26 abr. 2020.

FRANÇA JÚNIOR, A. C. **Brasil Alfabetizado e Missão Robinson I**: um estudo comparado das políticas educativas de alfabetização no Brasil e na Venezuela. In. Revista Espaço Acadêmico. Nº 154. Mar. 2014. Ano XIII. Maringá: UEM, 2014.

HADDAD, F. **Ministro pede união de países por metas de desenvolvimento**. [Entrevista concedida a] Maria Clara Machado. Portal do MEC. 1 dez. 2009. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/204-10899842/14724-ministro-pede-uniao-de-paises-por-metas-de-desenvolvimento>>. Acesso em 12 mai. 2020.

HENRIQUES, R. Alfabetização e Inclusão Social: contexto e desafios do Programa Brasil Alfabetizado. In. UNESCO; BRASIL, Ministério da Educação (MEC). **Brasil Alfabetizado**: caminhos da avaliação. Brasília: UNESCO/MEC, 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: síntese de indicadores 2018. Rio de Janeiro: IBGE. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019.

MORAES, J. C. **Brasil Alfabetizado e Misión Robinson**: um estudo comparativo acerca das políticas de alfabetização no Brasil e na Venezuela – 2003-2013. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Human Development Report 2019: adult literacy rate**. Disponível em <<http://www.hdr.undp.org/en/data>>. Acesso em 11 maio 2020.

POROLONICZAK, J. A. **História e Fundamentos do Método de Alfabetização Cubano “Yo, sí puedo”**. Tese de Doutorado. Araraquara: Unesp, 2019.

SCARTEZINI, N. **A relevância das Missões Sociais para o desenvolvimento da Revolução Bolivariana na Venezuela.** In. Revista Lutas Sociais. v. 17, n. 30 (2013). São Paulo: PUCSP, 2013.

UNESCO, Unesco Institute For Statistics (UIS). **Data fo the Sustainable Development Goals.** Disponível em <<http://uis.unesco.org/>>. Acesso em 11 maio 2020.

UNESCO. Marco de ação de Belém: **Confitea VI - Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos.** Brasília: Unesco, 2010.

UNESCO; BRASIL, Ministério da Educação (MEC). **Alfabetização como Liberdade.** Brasília: UNESCO/MEC, 2003.

VENEZUELA, Ministerio del Poder Popular para la Educación (MPPE). **El Desarrollo y el Estado de la Cuestión sobre el Aprendizaje y la Educación de Adultos.** Caracas: MPPE, 2008. Disponível em <https://uil.unesco.org/fileadmin/multimedia/uil/confitea/pdf/National_Reports/Latin%20America%20-%20Caribbean/Venezuela.pdf>. Acesso em 25 abr. 2020.

VENEZUELA, Ministerio del Poder Popular para la Educación (MPPE). **Memoria y Cuenta de la gestión del Ministerio del Poder Popular para la Educación 2013.** Caracas: MPPE, 2014. Disponível em <<https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2016/07/TOMO-I-MEMORIA-2013.pdf>>. Acesso em 10 mai. 2020.

VENEZUELA, PDVSA. **Misión Robinson ¡Misión Cumplida!** Caracas: PDVSA, 2005. Disponível em <http://www.pdvsa.com/index.php?option=com_content&view=article&id=1284:1500&catid=10&Itemid=589&lang=es>. Acesso em 10 maio 2020.

WORLD BANK. **World development indicators.** Disponível em <<http://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>>. Acesso em 10 maio 2020.

Recebido em: 06.06.2020

Aceito em: 21.08.2020